

15
os técnicos se reuniram para emitir parecer. A seguir o Senhor Presidente colocou em votação parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça a Emenda Aditiva nº 004/95 apresentada pelo Senador Carlos Roberto Nogueira dos Santos ao Projeto de Resolução nº 006/95 - Ibsa Brechova, sendo aprovada o parecer contrário com 5 votos contra. A seguir o Senhor Presidente colocou em votação a Emenda Substitutiva nº 005/95 ou seja, colocou em votação parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça a Emenda Substitutiva nº 005/95 apresentada pelo Senador Carlos Roberto Nogueira dos Santos ao Projeto de Resolução nº 006/95 - Ibsa Brechova, sendo aprovado o parecer contrário com 4 votos contra. A seguir, o Senhor Presidente disse que tendo em vista a rejeição da Emenda Aditiva nº 004/95 e da Emenda Substitutiva nº 005/95, colocava em votação o parecer contrário dos Comissões técnicas opinando pela sua aprovação ao Projeto de Resolução nº 006/95 - Ibsa Brechova, sendo aprovado o parecer com 4 votos contra. A seguir, o Senhor Presidente se desculpou com o douto Plenário por ter esquecido de colocar em votação no primeiro Sessão o Requerimento nº 016/95 de autoria do Senador Silas Rodrigues Sinto. Colocado em votação foi aprovado o requerimento nº 016/95 do Senador Silas Rodrigues Sinto. Nada mais havendo a falar o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para acabar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Carlos Roberto Nogueira dos Santos
[Assinatura]

Ata da Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (14) quatorze de março do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco.

As dezessete horas do dia quatorze de março do ano de mil novecentos e noventa e cinco, sob a presidência do Senador Rui Silva da Rocha e com a ocupação do Primeiro Secretário pelo Senador Rui Antônio de Melo

Asas, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderem o chamado regimental os seguintes Vereadores: Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos Perera do Anho, Carlos Roberto Voqueiro dos Santos, Dirlei Perera do Silva, Marcos do Rocha Mendes, Milton Roberto Perera de Souza, Wilson do Silva Perera, Silas Rodrigues Pinto e Waldir Raurício de Aguiar Neto. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberto o presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidos e aprovados os seguintes Atos: Ato da Quarta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo e Ato da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia nove de março do ano em curso. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: Atos GAPRE nº 063/95, assunto: Supri-se ao Inquirimento nº 233/94 de autoria do Vereador Dirlei Perera do Silva., Atos GAPRE nº 201/95, assunto: Encaminha ao Honorário nº 003.004/95, para apreciação desta Casa Legislativa., Atos GAPRE nº 103/95, assunto: Encaminha a Honorário nº 005, de 14 de março de 1995, para apreciação desta Casa Legislativa., Atos do Vereador Carlos Roberto Voqueiro dos Santos, assunto: Comunica que, por motivos pessoais, não poderá permanecer no cargo de 2º Secretário desta Casa., Projeto de Lei nº 003/95 de autoria do Vereador Eduardo Carreira Neto, assunto: Da nova fixação a Lei nº 184/81, que altera a alteração da denominação de Logradouros Públicos no Município de Cabo Frio., Projeto de Lei nº 002/95 - Honorário Executivo nº 005/95, assunto: Dispõe sobre os Minúsculos dos Cargos e Funções do Município de Cabo Frio., Projeto de Lei nº 008/95 - Honorário Executivo nº 003/95, assunto: Fixa o Poder Executivo autorizado a alienar uma área de terra a favor de Dirlei Carvalho do Anho., Projeto de Lei nº 009/95 - Honorário Executivo nº 004/95, assunto: Fixa o Poder Executivo autorizado a alienar uma área de terra a favor de Pedro Paulo Lima. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente parou para a tribuna aos oradores inscritos. Deu-se a tribuna como único orador inscrito o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, do PT, falando inicialmente sobre a greve dos trabalhadores da Companhia Nacional de Alcool, observando que a privatização da Empresa caso houvesse uma investigação obstinada se revelaria como um grande escândalo altamente tóxico a São e a Classe trabalhadora. Disse que requer as regras impostas pela Lei da privatização haviam sido

18
respeitados, e que nenhum operário trabalhador da Empresa havia permitido para a compra do imóvel onde residia no Vila Industrial da Companhia Nacional de Óleo. Falou também que o Sindicato da Classe havia descoberto que ocorreu ameaça, por meio do Artigo II do Lei de Privatização, e uma outra série de questões que haviam culminado com a ação do Sindicato para impedir a privatização, o que lamentavelmente não ocorreu, pois o Grupo da Óleo Usinária era muito forte. Adianta, disse que a Assembleia que decidiu pelo greve no Óleo, fora um momento histórico, com a participação de quase seiscentos trabalhadores, que se quatrocentos sindicalizados. Acrescentando, disse que a direção do Óleo impedira que as firmas de luto se afastassem, o que estava sendo denunciado como empresa privada. Denunciou que a Empresa estava promovendo encontros com cerveja, vídeos pornográficos, futebol, dominó, diversões para que ninguém abandonasse a Empresa. Disse que o departamento não era ruim, mas de companheiros que ante a ameaça de demissão, mas que com bastante coragem haviam abandonado a Empresa. Disse que no dia anterior, presenciara um grupo de quinze trabalhadores aos prantos, se reabrindo da Óleo e relatando o que estava ocorrendo. Falou que o Sindicato formalizara denúncia perante a Justiça do Trabalho, mas infelizmente o trabalhador sempre encontrava dificuldades para transpor obstáculos e assim uma série de entraves burocráticos prejudicavam o andamento da denúncia, para que insubriam viessem até a Empresa e verificassem "in loco" a real situação dos trabalhadores. Disse que assim sendo havia tempo suficiente para que muita coisa fosse revelada e disseminada no Óleo. Falou ainda que outras questões de cunho social deveriam ser discutidas, pois já se anunciava a automação do Óleo, estando prevista muitas demissões, e, que a manutenção já era terceirizada, e assim os salários pagos eram quase três vezes menores, com o trabalhador sendo explorado. Chamou a atenção para o fato de que Vereadores de Cabo Frio e do Quisamal do Cabo já estavam manifestando apoio aos trabalhadores do Óleo, visto a expressão representativa daquela Comunidade Fabril na região. Comentou sobre o que se considerava parcialidade da Polícia Militar, tendo ouvido de um trabalhador que durante o carnaval apenas um carro da corporação fazia a segurança do Município, e, na greve do Óleo seis carros estavam em frente ao portão da Empresa. Em aparte, o Vereador Marcos do Rocha Mendes disse que estava

chegando da Companhia Nacional de Alcalis, tendo visitado a Empresa com representantes do OAB e que havia mantido diálogo com o Senhor Luiz Fernando Diretor da Alcalis. Com relação a denúncia de caráter privado a que estaria sendo submetidos operários da Alcalis, disse que realmente havia visitado todos os setores, mas, redarguiu, acompanhado por Chefes e assim, o operário que já estava trabalhando há mais de quarenta e oito horas, sofria uma pressão muito grande dos Chefes, com ameaças de demissões. Disse que assim, o empregado se dizia satisfeito por permanecer trabalhando. A seguir, disse que apenas três ramais telefônicos da Empresa estavam funcionando, ficando difícil entrar em contato com os trabalhadores que já estavam há três dias na Alcalis. Com relação a realização de reuniões e outras diversões já relatadas pelo Vereador do PT, disse que realmente era verdade, confirmado por trabalhador com o qual manteve contato. Conclama os Vereadores de Cabo Frio, para junto com os Vereadores do Arcial do Cabo ajudarem aos trabalhadores da Companhia Nacional de Alcalis, lamentando que diante das circunstâncias do momento o acordo estivesse muito difícil, na medida em que a Empresa pelos acontecimentos só prejudicava aos seus funcionários. Concluindo o Vereador Alfredo Barreto agradeceu ao aparte, e disse ser fundamental a participação de todos, destacando ainda, o grande número de cabofrienses ainda trabalhando na Alcalis e que o vínculo da Empresa não era apenas com Arcial do Cabo, mas em toda a região. A seguir, disse ter acompanhado a greve dos rodoviários e o êxito do movimento iniciado em Cabo Frio. Disse que em outras épocas tal movimento seria impossível, porque o chdo, o bravo, o perno do Senhor Francisco Guimbo sempre eram poderosos no Município, mas agora a união tornava possível o êxito dos trabalhadores da Salinera. Adiante, disse que em matéria do Imprensa o Senhor Francisco apoiava o Sindicato de não ter pegado limpo, e, estavam todos temerosos ante a possibilidade de um êxito de demissões e de determinações de novos escalas. Disse que estava denunciando tais fatos através a ocorrer, tendo certeza de que o Sindicato saberia enfrentar tal situação. Com relação a proposta de reajuste salarial enviado pelo Prefeito, novamente em um do hora, disse que a Câmara deveria ratificar, mas temia que havia a discussão. Disse que na semana anterior falara pessoalmente com o Senhor Prefeito, afirmando que o que estava em estudo era

os prazos salariais e a reposição no implêta em média, para todos igualmente. Disse que o Prefeito não concordava e vinha proibindo a discriminação, tentando premiar o que o Executivo denominava de trabalhadores de mercado, e de fora de mercado, priorizando servidores com nível superior. Disse que o trabalhador de fora estava satisfeito, não tinha condições de sobreviver com esse nível, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para o seguinte dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Foram encaminhados a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes projetos: Projeto de Lei nº 008/95 - Renúncia Executiva nº 003/95, Projeto de Lei nº 009/95 - Renúncia Executiva nº 004/95 e Projeto de Lei nº 003/95 de autoria do Vereador Edvaldo Louie Kila. Aprovado Parecer Favorável da Comissão de Obras e Serviços Públicos e encaminhado a Comissão de Redação Final o Projeto de Lei nº 004/94, o Projeto de Lei nº 0045/94, o Projeto de Lei nº 0051/94. Aprovado Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça e encaminhado a Comissão de Finanças, Orçamento e Administração o Projeto de Resolução nº 005/95. Renúncia Executiva o Projeto de Lei nº 004/95 - Renúncia nº 002/95. Após verificação de "quorum" o Senhor Presidente solicitou a retirada da 2ª votação a Emenda Modificativa nº 009/94 e a Emenda Substitutiva nº 019/94 por ausência de "quorum" Espiritual de 12 dos Vereadores. A seguir foi aprovado Requerimento de Urgência nº 021/95 e o Projeto de Lei nº 007/95 - Renúncia Executiva nº 005/95. Encerrada a Ordem do Dia e não havendo oradores para o uso da tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente comunicou que a partir do dia onze do mês em curso, a Câmara contará com moderno equipamento telefônico. Disse ser mais um espaço da Mesa Executiva, com o necessário apoio dos Ilustres Vereadores, buscando assim um melhor atendimento ao povo establience, pois a Casa de forma alguma poderia ficar isolado, na medida em que a finalidade maior do legislativo era servir ao interesse maior da coletividade no dia a dia de suas atividades. Disse que ramais exclusivos para servir a Comissão de Defesa do Consumidor, a Comissão de Direitos Humanos. Observou serem duas Comissões que devam estar sempre em perfeita conexão com o público em suas diversas manifestações. Observou que a sociedade brasileira viveu uma nova fase em seu desenvolvimento, e o exemplo maior era o Município, com ampliado conhecimento da cidadania, e assim, para que

As Comissões de Defesa do Consumidor e dos Direitos Humanos puderem exercer com pluralidade suas finalidades, a Mesa solicitou ao Plenário a contratação de dois advogados para cargos em Comissão. Disse que dentro de tal ordem de ideias e objetivos a Câmara iria trabalhar, equipada de meios materiais e humanos para focalizar e implementar prioridades. Disse que acertando ou errando, nada seria luto pela Mesa Executiva sem que houvesse total continuidade. Oprimou não ter recuos das posições assumidas juntamente com os demais componentes da Mesa Executiva, e mesmo não sendo infalíveis iam procurar acurar sempre, elaborando com o desenvolvimento de Cabo Frio. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão marcando uma Extraordinária para dentro de quinze minutos. E para encerrar, mandou que se lancesse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Plenária, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

Ayr Rios

Ata do Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (14) quatorze de março do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco.

As dez e nove horas do dia quatorze de março do ano de mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Vereador Ayr Rios da Rocha, e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Luiz Antônio de Melo Cabas, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso responderam o chamado regimental os seguintes Vereadores: Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Soares dos Santos, Wlton Pereira da Silva, Marcos da Rocha Mendes, Milton Roberto Soares de Souza, Orlando da Silva Pereira, Sílvia Rodrigues Bento e Waldemar Maurício de Aquino Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberto a presente Sessão em nome de Deus. E requer, o Senhor Presidente disse que começaria a Sessão Extraordinária lendo em voz alta a aprovação do